Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2016

Nota 1 - Contexto Operacional

Autarquia do Município de Caxias do Sul, o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, foi criado pela Lei Municipal n.º 1474, de 05 de janeiro de 1966, com a missão de missão prestar serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de forma eficiente e qualificada, garantindo, à população caxiense, a constante melhoria, rumo à excelência, com sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. A Sede Administrativa está situada à Rua Pinheiro Machado, 1615, no Centro de Caxias do Sul e o Órgão da Administração Indireta está inscrito no CNPJ sob o n.º 88.659.313/0001-05.

Nota 2 - Critérios na Elaboração das Demonstrações Contábeis e Informações Complementares

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial n.º 163, de 04 de maio de 2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com o Elenco de Contas, expedido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Nota 3 - Utilização Subsidiária de Normas Nacionais e Internacionais

A Autarquia não utilizou subsidiariamente normas nacionais e internacionais.

Nota 4 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal n.º 4320/64, a Lei Complementar n.º 101, de 05 de maio de 2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC´s) e demais disposições normativas vigentes. As demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2016 e coincidem com o ano civil, sendo compostas por: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstrativo da Dívida Fundada Interna, Demonstrativo da Dívida Flutuante e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Nota 5 - Balanço Orçamentário - Anexo 12 da Lei Federal n.º 4320/64

5.1 - Superávit financeiro e reabertura de créditos especiais e extraordinários

Não ocorreu, no exercício financeiro, a abertura de créditos especiais e extraordinários conforme previsto nos termos do artigo 167 da Constituição Federal.
O superávit financeiro, dos recursos vinculados, foi utilizado na abertura de créditos adicionais dentro de seus limites disponíveis, conforme o demonstrativo:

Recursos Ordinários e Vinculados		Superávit Financeiro Apurado em 31.12.2015	Utilização em Créditos Suplementares	Relação utilização em créditos adicionais/superávit financeiro - %
Código	Descrição			
0400	Recurso Livre - Administração Indireta	R$ 62.968.153,25	R$ 17.722.031,69	28,14
1176	Caixa RS - Progr. Saneamento para todos - Ete Pena Branca	R$ 7.036,54	R$ 7.036,54	100,00
1239	Termo de Compromisso nº 0350814-30/2011 - Ministério das Cidades	R$ 1.598.034,85	R$ 1.598.034,85	100,00
1265	CEF - PAC 2 - 3ª Etapa - Lei 7.618/2013	R$ 608.868,12	R$ 0,00	-
7008	Operação de Crédito - CEF - Abastecimento de Água	R$ 188.151,70	R$ 0,00	-
7011	FMRH - Fundo Municipal de Recursos Hídricos	R$ 1.997,39	R$ 1.003,57	50,24
	Totais	**R$ 65.372.241,85**	**R$ 19.328.106,65**	**29,57**

5.2. - Receitas e despesas intraorçamentárias

Não foram arrecadadas receitas intraorçamentárias no exercício de 2016. As despesas intraorçamentárias e repasses concedidos, referentes às contribuições para o Fundo de Aposentadoria e Pensão (FAPS) e ao atendimento à saúde – IPAM SAÚDE, totalizaram R$ 11.117.052,59 (onze milhões, cento e dezessete mil, cinquenta e dois reais e cinquenta e nove centavos). Houve também uma despesa intraorçamentária referente à restituição de tarifas operacionais de análise da ETE Pinhal, no valor de R$ 55.781,46 (cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta e um reais e quarenta e seis centavos).

5.3. - Demonstrativo dos créditos adicionais

O Balanço Orçamentário, no que tange ao detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário), assim como ao montante da movimentação financeira (repasses recebidos e concedidos) relacionado à execução do orçamento do exercício, e aos valores referentes à abertura de créditos adicionais, é evidenciado no quadro seguinte.

Composição dos Créditos Adicionais			
Tipo de Crédito	Total da despesa autorizada *	Total da Despesa executada (empenhada)*	Execução/total de autorizações (%)
Inicial e Suplementar	R$ 212.264.749,37	R$ 190.357.873,20	89,68
Total	R$ 212.264.749,37	R$ 190.357.873,20	89,68

* por tipo de crédito

Cabe salientar, referentemente à composição dos créditos adicionais, que não foi possível o desmembramento da despesa executada (empenhada) em créditos iniciais e suplementares. Desta forma, considerou-se a execução dos créditos iniciais em conjunto com os suplementares.

Para a abertura de créditos suplementares são considerados como recursos disponíveis, os provenientes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias. No exercício em tela, foi utilizado o crédito orçamentário inicial de R$ 500.000,00, oriundo da reserva de contingência, como fonte de recursos para suplementação em outras rubricas. No entanto, demonstra o balancete contábil, que somente a suplementação de R$ 220.500,00 fora realizada sob a fonte reserva de contingência, haja visto, lapso no momento da informação do saldo restante, sendo considerado sob a fonte anulação de dotação.

O valor das reduções por cancelamento/remanejamento de dotações é composto pelo somatório dos créditos adicionais oriundos das fontes: anulação de dotação e reserva de contingência. A diferença remanescente entre aqueles, no valor de R$ 37.702,40 (trinta e sete mil, setecentos e dois reais e quarenta centavos), refere-se à conjugação dos valores de reduções orçamentárias para suplementação em repasses concedidos a outros Órgãos, demonstrados na tabela a seguir:

Decreto	Data	Valor	Histórico
18.248	17.06.2016	R$ 30.000,00	Suplementação IPAM Saúde - ressarcimento de despesas de atendimento aos segurados enquadrados no art. 181.
18.318	02.08.2016	R$ 7.702,40	Suplementação Executivo - Termo de Compromisso e Responsabilidade Ambiental n.º 013/2016 - SEMMA

5.4. - Transferências financeiras concedidas

As transferências concedidas estão detalhadas no demonstrativo a seguir apresentado.

Transferências Financeiras Concedidas - INTRA OFSS*	
Destino	Montante
Repasse ao Executivo - SEMMA - L.I. Nº 048/2010 - Medida Compensatória p/Implementação das Zonas de Interesse Ambiental	R$ 635.014,41
Repasse ao IPAM SAÚDE - Art. 62 - Lei n.º 298/2007	R$ 42.847,17
Repasse ao Executivo - SEMMA - Termo de Compromisso e Responsabilidade Ambiental n.º 013/2016 - Reposição Florestal obrigatória em pecúnia	R$ 7.702,40
Repasse ao Executivo - Transferência do SAMAE	R$ 38.468.629,67
Total	**R$ 39.154.193,65**

* Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

5.5. - Planos hierarquicamente interligados

Metas Fiscais

O Demonstrativo de Metas Fiscais, compreendendo o Resultado Primário e Resultado Nominal, será apresentado de forma consolidada pelo Órgão 02 - Administração Direta.

Metas programadas

Permitindo a integração dos planos hierarquicamente interligados, comparando suas metas programadas com as realizadas, a contabilidade demonstra no quadro a seguir, as metas previstas em relação às respectivas execuções:

PPA- Plano Plurianual, período 2014 – 2017
Lei Municipal n.º 7.600 de 04 de junho de 2013.

Programas	Valor Estimado	Exercício						Total Executado	%	Saldo a Executar	%
		2014		2015		2016					
		Valor Executado	%	Valor Executado	%	Valor Executado	%				
Eixo 01 - Infraestrutura e Meio Ambiente											
002 - Meio Ambiente e Saneamento	R$ 401.778.280,00	R$ 73.104.874,29	18,20	R$ 102.122.434,44	25,42	R$ 81.551.503,33	20,30	R$ 256.778.812,06	63,91	R$ 144.999.467,94	36,09
Eixo 05 - Governança: Gestão e Desenvolvimento Institucional											
015 - Gestão, finanças e desenvolvimento institucional	R$ 227.435.800,00	R$ 42.283.019,23	18,59	R$ 53.526.517,58	23,53	R$ 72.950.540,04	32,08	R$ 168.760.076,85	74,20	R$ 58.675.723,15	25,80
000- Encargos especiais	R$ 8.438.600,00	R$ 35.789.138,30	424,11	R$ 36.017.653,01	426,82	R$ 35.855.829,83	424,90	R$ 107.662.621,14	1.275,84	-R$ 99.224.021,14	-1175,84
999 - Reserva de Contingência e Reserva do RPPS	R$ 2.000.000,00	R$ 0,00	-	R$ 0,00	-	R$ 0,00	-	R$ 0,00	-	-R$ 2.000.000,00	-100,00
Totais	**R$ 639.652.680,00**	**R$ 151.177.031,82**	**23,63**	**R$ 191.666.605,03**	**29,96**	**R$ 190.357.873,20**	**29,76**	**R$ 533.201.510,05**	**83,35**	**R$ 106.451.169,95**	**16,65**

Nota 6 - Balanço Financeiro - Anexo 13 da Lei Federal n.º 4320/64

6.1. - Alteração de critério para emissão do Balanço Financeiro

Objetivando um melhor alinhamento com a IPC 06, que trata desta demonstração contábil, deixou-se de utilizar os agrupamentos *Operações de Crédito* e Transferências *de Convênios da União*, passando-se a informar a codificação e nomenclatura dos recursos vinculados utilizados pelo Órgão.
Nos agrupamentos *Recebimentos Extraorçamentários* e *Pagamentos Extraorçamentários*, foi incluída a movimentação, a débito e a crédito, das contas financeiras do Ativo e Passivo Circulante, por ser a melhor técnica contábil e guardar conformidade com os dados apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Nota 7 - Balanço Patrimonial - Anexo 14 da Lei Federal n.º 4320/64

Esta demonstração contábil sintetizou elementos dos grupos créditos de curto prazo, crédito de longo prazo e patrimônio líquido. Relativamente ao passivo circulante, a linha *provisões a curto prazo* foi suprimida e incorporada à linha *obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo*.
Ainda, cabe informar que a classificação das contas patrimoniais considerou a segregação em “circulante” e “não circulante”, tomando por base os atributos de conversibilidade e exigibilidade, respectivamente, para as classes de ativo e passivo.

7.1 - Ativo circulante e não circulante

7.1.1. - Outros créditos a receber e valores a curto prazo

Sob o enfoque patrimonial, considerou-se como receita lançada, registrada mediante a ocorrência dos fatos geradores, os créditos a receber, tributários e não tributários, gerados no exercício de 2016, porém com vencimento no exercício de 2017.

7.1.2. - Dívida Ativa

Segundo preconizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o montante inscrito no curto prazo foi registrado, tendo por base, o fluxo histórico de recebimentos, e expresso pela média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios. As Provisões para Perdas da Dívida Ativa foram constituídas tendo por metodologia o histórico de recebimentos passados, de acordo com o MCASP.

7.1.2.1. - Segregação em curto e longo prazos

A segregação da dívida ativa em curto e longo prazos foi realizada mediante a metodologia de cálculo sugerida pelo MCASP, que prevê que o montante a ser registrado em curto prazo seja estimado pela média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios. O longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa. Utilizaram-se, então, os seguintes parâmetros:

Saldos da Dívida Ativa Tributária (principal, juros e multas)				
Arrecadado 2014 - R$	**Arrecadado 2015 - R$**	**Arrecadado 2016 - R$**	**Total - R$**	**Média Anual - R$**
R$ 250.507,93	R$ 269.511,47	R$ 188.507,97	R$ 708.527,37	R$ 236.175,79

Saldos da Dívida Ativa Não Tributária (principal, juros e multas)				
Arrecadado 2014 - R$	**Arrecadado 2015 - R$**	**Arrecadado 2016 - R$**	**Total - R$**	**Média Anual - R$**
R$ 5.741.589,00	R$ 6.634.366,82	R$ 6.824.602,60	R$ 19.200.558,42	R$ 6.400.186,14

7.1.2.2. - Ajuste a Valor Recuperável

Em decorrência do elevado grau de incerteza no recebimento dos valores inscritos em dívida ativa, utilizou-se, no ajuste o valor recuperável, a técnica sugerida no MCASP, baseada no Histórico de Recebimentos Passados, a seguir apresentada, em 4 passos:

Ajustes da Dívida Ativa Tributária

1.° passo: constituiu-se o referido ajuste pela média percentual dos recebimentos totais (considerando o principal, multas e juros, excluindo os cancelamentos e baixas) ao longo dos últimos três exercícios, demonstrados no quadro seguinte:

Dívida Ativa Tributária			
Histórico de Recebimentos Passados	**Ano de 2013**	**Ano de 2014**	**Ano de 2015**
(a) Soma dos Saldos da Dívida Ativa (total)	R$ 37.834.201,92	R$ 41.558.483,32	R$ 43.982.765,79
(b) Média mensal dos saldos (a/12)	R$ 3.152.850,16	R$ 3.463.206,94	R$ 3.665.230,48
(c) Soma da arrecadação de Dívida Ativa (principal, multas e juros)	R$ 519.168,25	R$ 250.507,93	R$ 269.511,47
(d) Média mensal dos recebimentos (c/12)	R$ 43.264,02	R$ 20.875,66	R$ 22.459,29
(e) Média ponderada de recebimentos (d/b*100)%	**1,37%**	**0,60%**	**0,61%**

2.° passo: calculou-se a média percentual de recebimentos, ou seja, o êxito médio na arrecadação, nos seguintes termos:
(1,37%+0,60%+0,61%)/3 = 0,86%

3.° passo: obteve-se o percentual de frustração, como segue: **100 % - 0,86%** (percentual obtido no 2.º passo) = **99,14%**

4.° passo: evidenciação do montante recuperável, ao final do exercício:

1 - Saldo da dívida ativa tributária - Longo Prazo	R$ 5.504.917,84
2 - Índice da Provisão	99,14%
3 - Valor da provisão para perdas da dívida ativa (1 x 2)	R$ 5.457.575,54
4 - Valor do montante recuperável (1-3)	R$ 47.342,30

Ajustes da Dívida Ativa Não Tributária

1.° passo: constituiu-se o referido ajuste pela média percentual dos recebimentos totais (considerando o principal, multas e juros, excluindo os cancelamentos e baixas) ao longo dos últimos três exercícios, demonstrados no quadro seguinte:

Dívida Ativa Não Tributária			
Histórico de Recebimentos Passados	**Ano de 2013**	**Ano de 2014**	**Ano de 2015**
(a) Soma dos Saldos da Dívida Ativa (total)	R$ 159.507.187,29	R$ 181.541.737,29	R$ 211.522.493,57
(b) Média mensal dos saldos (a/12)	R$ 13.292.265,61	R$ 15.128.478,11	R$ 17.626.874,46
(c) Soma da arrecadação de Dívida Ativa (principal, multas e juros)	R$ 5.203.840,60	R$ 5.741.589,00	R$ 6.634.366,82
(d) Média mensal dos recebimentos (c/12)	R$ 433.653,38	R$ 478.465,75	R$ 552.863,90
(e) Média ponderada de recebimentos (d/b*100)%	**3,26%**	**3,16%**	**3,14%**

2.° passo: calculou-se a média percentual de recebimentos, ou seja, o êxito médio na arrecadação, nos seguintes termos:
(3,26%+3,16%+3,14%)/3 = 3,19%

3.° passo: obteve-se o percentual de frustração, como segue: **100 % - 3,19 %** (percentual obtido no 2.º passo) = **96,81%**

4.° passo: evidenciação do montante recuperável, ao final do exercício:

1 - Saldo global da conta dívida ativa não tributária - Longo Prazo	R$ 28.398.362,75
2 - Índice da Provisão	96,81%
3 - Valor da provisão para perdas da dívida ativa (1 x 2)	R$ 27.492.454,98
4 - Valor do montante recuperável (1-3)	R$ 905.907,77

7.1.3. - Estoques

Os bens de almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado das saídas, obedecendo ao disposto no inciso III, art. 106 da Lei 4320/64 e NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público.

7.1.4. - Despesas pagas antecipadamente

A conta *variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente* refere-se a despesas com a renovação de seguros contratados pela Autarquia e assinaturas e anuidades, apropriadas mensalmente em observância ao princípio da competência.

7.1.5. - Atualização das participações permanentes

Ao final do exercício, foram atualizadas as *participações permanentes*, tomando-se por base o quantitativo de ações e seu valor patrimonial.

7.1.6. - Ativo Imobilizado

7.1.6.1. - Dos registros contábeis

Ao final do exercício de 2016, foram realizados os registros contábeis das classes de ativos – Bens Móveis e Intangíveis, atualizando seus valores para os atribuídos, quando do levantamento patrimonial realizado pela empresa Ernest & Young Assessoria Empresarial Ltda. Ademais, os saldos contábeis dessas classes foram ajustados, também, aos controles analíticos da Seção de Registro de Patrimônio. Os lançamentos contábeis decorrentes desses ajustes patrimoniais foram realizados em contrapartida à conta Ajustes de Exercícios Anteriores. Essas classes de bens não foram submetidas aos institutos de depreciação, amortização e exaustão. A Portaria STN n.º 548 de 24 de setembro de 2015, estabelece os prazos que devem ser observados para realização desses procedimentos.

A classe de ativos Bens Imóveis está registrada pelo custo de aquisição e/ou construção e receberá a atualização de valores após a análise pormenorizada.

7.1.6.2. - Imobilizados e intangíveis recebidos por cessão de uso ou obtidos a título gratuito

Os ativos imobilizados obtidos a título de Cessão de Uso, cuja origem é a administração direta (Poder Executivo - Município de Caxias do Sul) totalizaram ao final do exercício R$ 133.440,00 (cento e trinta e três mil, quatrocentos e quarenta reais), já os bens cedidos, sob o mesmo título, pela Autarquia ao Município importaram em R$ 206.681,00 (duzentos e seis mil, seiscentos e oitenta e um reais).

Em 2016, foram obtidos ativos a título gratuito, sendo registradas doações de bens imóveis no valor de R$ 62.200,00 (sessenta e dois mil e duzentos reais).

7.2 - Passivo Circulante e não-circulante

7.2.1. - Provisões de férias e licença-prêmio

A provisão para férias é calculada mensalmente a razão de 1/12 (um doze avos) sobre o salário base de cálculo, considerando-se, também, os eventos de atualização e acréscimos legais pertinentes. A provisão para os encargos sociais é calculada sobre a provisão para férias, considerando-se as alíquotas e incidências legais. A provisão para licença-prêmio é calculada mensalmente a razão de 1,5 (um dia e meio) por mês laborado. Considerando-se que a concessão de licença prêmio possui prazo incerto, pois, depende de apresentação de requerimento pelo servidor para fixação de prazo para gozo ou conversão em numerário, fora classificada como obrigação de longo prazo. O saldo de provisão de licença-prêmio, férias e encargos sociais, constantes do Balanço Patrimonial, representa o saldo financeiro das licenças-prêmio e férias, vencidas e proporcionais, na data de 31/12/2016.

7.2.2. - Empréstimos e financiamentos – curto e longo prazos

A segregação dos empréstimos e financiamentos, em curto e longo prazos, observa o critério da exigibilidade.

7.3. - Patrimônio Líquido

Abaixo apresentamos quadro evidenciando o Patrimônio Líquido, demonstrando assim a composição da linha “Resultados Acumulados” apresentados no Balanço Patrimonial:

Especificação	Valor
(a) Resultado do Exercício	R$ 35.719.144,09
(b) Resultados de exercícios anteriores	R$ 562.626.809,47
(c) Ajustes de exercícios anteriores	R$ 3.767.448,26
(d) Resultados acumulados (d= a+b+c)	**R$ 602.113.401,82**

7.3.1. - Ajustes decorrentes de erros e omissões

No exercício de 2016, foram contabilizados valores diretamente nas contas de Ajustes de Exercícios Anteriores, em função de retificação de lançamentos indevidos, ajustes de avaliação patrimonial e, incorporação ou desincorporação de patrimônio, a seguir demonstrados:

Especificação	Valor
Correção de lançamento devido a inversão de contas - Lote 367 - 01.12.2015 - Valor a crédito	R$ 5.700.000,00
Ajustes de avaliação patrimonial de bens móveis e intangíveis, em decorrência da avaliação a valor justo - Valores a débito	R$ 4.723.511,78
Ajustes de avaliação patrimonial de bens móveis e intangíveis, em decorrência da avaliação a valor justo - Valores a crédito	R$ 3.131.363,72
Ajustes de valores referente bens patrimoniais cedidos ao Município. - Valores a débito	R$ 9.123,00
Adequação do saldo contábil aos valores constantes dos relatórios patrimoniais - Valores a débito	R$ 593.809,18
Adequação do saldo contábil aos valores constantes dos relatórios patrimoniais - Valores a crédito	R$ 262.528,50

7.4. - Quadro das contas de compensação

Esse quadro é composto pelas contas dos atos potenciais do ativo e do passivo a executar, constantes da classe 8 – Controles Credores.

7.5. - Superávit financeiro

O superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial, está desdobrado por código e vínculo de recursos utilizados pelo Órgão sendo que, no exercício de 2016, foi de R$ 51.187.450,88 (cinquenta e um milhões, cento e oitenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta reais e oitenta e oito centavos):

Recursos Ordinários		Disponibilidade	Obrigações	Superávit Financeiro
Código	Descrição			
0400	Recurso Livre - Administração Indireta	R$ 73.897.042,39	R$ 26.404.383,21	R$ 47.492.659,18
8400	Recurso Livre - Extraorçamentário	R$ 1.321.359,23	R$ 1.321.359,23	R$ 0,00
Total de Recursos Ordinários		**R$ 75.218.401,62**	**R$ 27.725.742,44**	**R$ 47.492.659,18**
Recursos Vinculados		**Disponibilidade**	**Obrigações**	**Superávit Financeiro**
Código	**Descrição**			
1239	Termo de Compromisso n.º 0350814-30/2011 - Ministério das Cidades	R$ 1.666.287,04	R$ 0,00	R$ 1.666.287,04
1265	CEF - PAC 2 - 3ª Etapa - Lei 7.618/2013	R$ 1.825.418,03	R$ 0,00	R$ 1.825.418,03
7008	Alienação de Bens Imóveis	R$ 203.086,63	R$ 0,00	R$ 203.086,63
Total de Recursos Vinculados		**R$ 3.694.791,70**	**R$ 0,00**	**R$ 3.694.791,70**
Total Geral		**R$ 78.913.193,32**	**R$ 27.725.742,44**	**R$ 51.187.450,88**

* Foi incluído no valor da disponibilidade do vínculo 0400 - Recurso Livre - Administração Indireta o valor de R$ 19.368,47, referente aos créditos financeiros a receber, uma vez que compõe o resultado financeiro apurado ao final do exercício.

Fonte: Balanço Patrimonial - Exercício 2016 - Anexo 14 - Lei Federal n.º 4.320/64

7.6. - Dos Riscos Fiscais

No exercício de 2016, houve o registro de Risco Fiscal, em contas contábeis de controle, de R$ 24.631.599,68 (vinte e quatro milhões, seiscentos e trinta e um mil, quinhentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos), valor estabelecido no Anexo de Riscos Fiscais da Lei Municipal n.º 8128, de 30 de setembro de 2016. Trata-se de provável desembolso pela restituição de cobrança do Fundo Municipal de Recursos Hídricos, em discussão judicial.

Nota 8 - Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15 da Lei Federal n.º 4320/64

O resultado patrimonial do exercício, apurado nesta demonstração, compõe o Patrimônio Líquido e totalizou R$ 35.719.144,09 (trinta e cinco milhões, setecentos e dezenove mil, cento e quarenta e quatro reais e nove centavos). Por ser elaboração facultativa, o Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas não será apresentado pelo Órgão.

Nota 9 - Demonstrativo da Dívida Fundada - Anexo 16 da Lei Federal n.º 4320/64

A elaboração deste demonstrativo trouxe por inovação a inclusão da provisão de férias e licença-prêmio e de seus encargos.
Relativamente aos precatórios inscritos no exercício, bem como, a atualização dos preexistentes, resta mencionar que foram observadas as informações recebidas do Tribunal de Justiça do Estado.

Nota 10 - Dívida Flutuante - Anexo 17 da Lei Federal n.º 4320/64

O anexo da dívida flutuante deixou de apresentar *os restos a pagar a processar*, estando escriturados somente nas classes de Controle da Aprovação e da Execução do Orçamento, respectivamente, classes 5 e 6.

Nota 11 - Demonstração do Fluxo de Caixa - Anexo 18 da Lei Federal n.º 4320/64

11.1. - Alteração de critério para emissão da Demonstração do Fluxo de Caixa

Objetivando um melhor alinhamento com a IPC 08, que trata desta demonstração contábil, foram realizadas adequações:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (I):

Os campos R*eceita e Despesa Extraorçamentária*, passaram a ser denominados de O*utros Ingressos e Desembolsos Operacionais*; e diante da ausência de regras específicas de preenchimento na IPC 08, o Município adotou convenções próprias, ocasionando assim os seguintes reflexos:

Exercício Atual - Demonstração de 2015		Exercício Anterior - Demonstração de 2016	
Receita extraorçamentária	**R$ 13.143.410,64**	**Outros Ingressos Operacionais**	**R$ 15.039.188,72**
		Saldo - conta 1.1.3.5. - Depósitos restituíveis e valores vinculados	R$ 1.575.035,80
		Valores a crédito - conta 1.1.3.8 - Valores restituíveis	R$ 320.742,28
		Valores a crédito - conta 2.1.8.8 - Valores restituíveis	R$ 13.143.410,64
Despesa extraorçamentária	**R$ 12.839.051,17**	**Outros Desembolsos Operacionais**	**R$ 16.066.403,34**
		Saldo - conta 1.1.3.5. - Depósitos restituíveis e valores vinculados	R$ 2.213.939,51
		Valores a crédito - conta 1.1.3.8 - Valores restituíveis	R$ 281.880,00
		Valores a crédito - conta 2.1.8.8 - Valores restituíveis	R$ 12.839.051,17
		Saldo - conta 3.5.1.1.2. - Transferências Financeiras Concedidas	R$ 731.532,66

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento (II):

Foram realizadas realocações de valores entre as contas A*quisição de Ativo Não Circulante* e O*utros Desembolsos de Investimentos*, conforme tabela a seguir:

Exercício Atual - Demonstração de 2015		Exercício Anterior - Demonstração de 2016	
Aquisição de Ativo Não Circulante	**R$ 36.262.127,46**	**Aquisição de Ativo Não Circulante**	**R$ 42.207.923,55**
Despesa 4.4.90.	R$ 34.197.104,17	Despesa 4.4.90.51	R$ 17.240.651,56
Restos a pagar	R$ 2.065.023,29	Despesa 4.4.90.52.	R$ 2.606.938,48
		Despesa 4.4.90.61.	R$ 12.645.060,72
		Despesa 4.4.90.66	R$ 7.700.000,00
		Restos a pagar	R$ 2.015.272,79
Outros Desembolsos de Investimentos	**R$ 7.700.000,00**	**Outros Desembolsos de Investimentos**	**R$ 1.754.203,91**
Despesa 4.4.90.66	R$ 7.700.000,00	Despesa 4.4.90.39	R$ 234.337,99
		Despesa 4.4.90.91	R$ 89.790,57
		Despesa 4.4.90.93	R$ 1.380.324,85
		Restos a pagar	R$ 49.750,50

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento (III):

Os desembolsos foram realocados entre as contas *Amortização/Refinanciamento da Dívida* e *Outros Desembolsos de Financiamentos*, a seguir apresentados:

Exercício Atual - Demonstração de 2015		Exercício Anterior - Demonstração de 2016	
Amortização/Refinanciamento da Dívida	**R$ 19.268.595,77**	**Amortização/Refinanciamento da Dívida**	**R$ 22.024,42**
Despesa 4.6.90.	R$ 19.268.595,77	Despesa 4.6.90.91	R$ 22.024,42
Outros Desembolsos de Financiamentos	**R$ 0,00**	**Outros Desembolsos de Financiamentos**	**R$ 19.246.571,35**
		Despesa 4.4.90.71	R$ 19.246.571,35

Apuração do Fluxo de Caixa do Período:

A regra para preenchimento da linha *Caixa e Equivalentes de Caixa*, estabelecida na IPC 08, definiu que, naquele campo, somente devem ser apresentados os valores constantes da conta contábil 1.1.1. Abaixo apresentamos a adequação das informações constantes da linha *Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa,* aos preceitos da normativa legal:

Exercício Atual - Demonstração de 2015		Exercício Anterior - Demonstração de 2016	
(a) Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	R$ 69.135.612,02	(a) Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	R$ 67.501.860,54
(b) Caixa e Equivalente de Caixa Final	R$ 82.552.395,36	(b) Caixa e Equivalente de Caixa Final	R$ 80.318.602,45
(c) Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (c = b - a)	R$ 13.416.783,34	(c) Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (c = b - a)	R$ 12.816.741,91

Nota 12 - Consolidação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis desta Autarquia integrarão, para todos os efeitos, as demonstrações contábeis consolidadas do Município de Caxias do Sul. Essas foram, em sua maioria, emitidas pelo Sistema de Gestão Governamental, disponibilizado pelo Município e utilizado pela Autarquia.

Nota 13 - Da responsabilidade e das assinaturas

Os gestores responsáveis pelo exercício financeiro de 2016 são os Srs. Edio Elói Frizzo e Idair Antônio Moschen, respectivamente pelos períodos, de 01.01.2016 a 31.03.2016 e 01.04.2016 a 31.12.2016. Resta informar que a responsabilidade pela entrega e a disponibilização das demonstrações contábeis é do gestor atual Sr. Gerson Antônio Panarotto.

Eng.º Gerson Antônio Panarotto, Diretor-Presidente CPF: 490.679.070-04	Lourenço Benetti Bonfá, Diretor Financeiro. CPF: 911.070.830-87	Viviane Brochetto, Contadora – CRC/RS 69891 CPF: 931.183.330-49